

1

2 **ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL DO**
3 **CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES**

4 DATA: 03/08/2021

5 LOCAL: SALA DE REUNIÕES DO CES

6 Horário: 10:00 às 12:00

7

8 Conselheiros (as) presentes: Cássio André Garcia, Maurício Carneiro Paim, Rosalvo de Oliveira Júnior,
9 Raul Moreira Molina Barios, Maria Madalena Braga, Isadora Oliveira Maia, Luiz Delfino Mota Lopes,
10 Jorge Castilho Mullem Neto, Aldenilson Viana Rangel, Leonídia Laranjeira Fernandes, Leonardo
11 Vinhaes, Evandro de Almeida Gouveia Sobrinho, , Marleide Castro dos Santos, Tereza Cristina Bomfim
12 Deiró, Valdemir Medeiros da Silva, Maria da Conceição Sanches Passidomo, Maria Ângela da Mata
13 Santos, Thomas William Hutchinson, Patrícia Gonçalves Soares, Gladys Almeida Santos, Lourani Maria
14 Carneiro dos Santos, José Vasconcelos de Freitas, Francisco José Sousa e Silva, Fernando Antonio
15 Dantas, Lindiomar Dourado Souza, Paulo Fernando Bittencourt Studart, Maria Helena Belos, Ivanilda
16 Souza de Brito, José Silvino Gonçalves, Silvio Roberto dos Anjos e Silva, Marcos Antonio de Almeida
17 Sampaio, Walney Magno de Souza.

18 Arão Capinam de Oliveira – Secretário Executivo

19 **Pauta:**

- 20 1. Informes dos Conselheiros
21 2. Eleição do Conselho Estadual de Saúde – Biênio 2021-2023
22 3. O que ocorrer

23 *A reunião foi transmitida através do link: <https://consasems-br.zoom.us/j/99221170151>*

24 Verificação e qualificação do quórum

25 *“§ 1º - do Art. 19 do Regimento Interno do CES: As reuniões, ordinárias e extraordinárias, serão*
26 *iniciadas com a presença mínima de metade mais um dos seus membros.”*

27

28 Aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões do CES no segundo andar da
29 do prédio da SESAB, situado na 4ª avenida, plataforma 06, lado b, Centro Administrativo da Bahia. O
30 Secretário Executivo **Arão Capinam de Oliveira** as 10h35m cumprimentou todos e todas e perguntou se o
31 presidente em exercício estava presente e foi informado pelo conselheiro Cássio André Garcia que não.
32 Informou que havia quórum com 23 participantes. Solicitou a conselheira Maria da Conceição Passidomo
33 membro da mesa diretora do CES que abrisse a reunião que deu início a 47ª Reunião Extraordinária
34 Virtual do CES. Arão Capinam de Oliveira leu o roteiro com os objetivos da reunião. **Conselheiro Marcos**
35 **Antonio** questão de ordem pediu para deixar os informes para o final e entrarem na pauta. O que foi
36 consenso. **O Secretário Arão Capinam** informou que já eram 10h35m e abriu as inscrições para as
37 deliberações. Conselheiro Cássio André Garcia solicitou que a conselheira Maria da Conceição
38 Passidomo conduzisse a reunião. **Conselheira Patrícia Soares** leu a mensagem do conselheiro Luiz
39 Delfino no chat sobre sua representação SINDHOSBA e onde o mesmo estava como suplente, e até o
40 momento não estava fazendo parte do Conselho e gostaria de saber o que deveria fazer. **Conselheiro**
41 **Valdemir Medeiros** presidente da comissão eleitoral cumprimentou a todos e todas e disse que era com
42 grande sentimento legal de poder ter aquela reunião do Conselho, depois que acabaram saindo da reunião
43 do dia 22 de junho que por uma orientação escrita do Ministério Público de que a entidade a qual

44 participa não estava legal, o mesmo pediu para que a reunião não acontecesse e saiu da plenária e
45 justificou porque estava saindo e além da orientação do MP, tinha orientação das entidades de que ele não
46 participasse por sua entidade estar ilegal, então naquele momento pediu para a comissão encaminhar para
47 não assumir aquele processo para que não houvesse prejuízo maior. Naquele momento então pensou que
48 voltassem à reunião do pleno para que pudesse ouvir que a entidade estava legal. Em acontecendo que
49 estivesse ilegal, o mesmo encaminharia todo o processo eleitoral, finalizando o processo convocando
50 reunião o mais rápido possível para o dia 04 e na terça-feira dia 10 chamar reunião do segmento e
51 finalizar o processo eleitoral, colocar para publicação as entidades aptas e na sequência convocar as
52 indicações das entidades aptas dos titulares suplentes e dá posse. Disse que era isso que queria ouvir do
53 Conselho Estadual de Saúde. Disse tinha 38 anos de vida política social e que o questionamento sobre
54 estar ilegal durante três anos no Conselho, foi ruim para a sua reputação política. E que se estivesse
55 ilegítimo estaria assim durante três anos e que não queria mais atrapalhar o Conselho e que queria fazer
56 tudo organizado até o final do processo e que fizessem a votação do seu encaminhamento e agradeceu.
57 **Conselheiro Fernando Dantas** pediu questão de encaminhamento e sugeriu ouvir os membros da comissão
58 primeiro e depois os demais conselheiros e conselheiras. O que foi atendido. **Conselheira Patrícia Soares**
59 sugeriu que a comissão eleitoral falasse primeiro e depois os conselheiros e conselheiras. Mencionou que
60 já estava inscrita. Disse que a fala do conselheiro Valdemir talvez estivesse equivocada, pelo que
61 entendeu, o ponto de pauta era se a eleição do dia 22 seria considerada válida ou não e que a corrigissem
62 se estivesse errada. Disse que queria expressar seu ponto de vista, tanto como membro da comissão e
63 como ex-conselheira já que ainda não havia tomado posse. Colocou que ficou certo na comissão eleitoral
64 levar essa questão para tratar naquela reunião. Mencionou que não esteve presente no dia 22 de junho,
65 mas que faria um resumo do que aconteceu naquela plenária. Colocou que no seu entendimento foi
66 chamada a plenária para a eleição do segmento dos Sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras pela
67 comissão eleitoral e publicada em edital e que durante a plenária não chegaram a um acordo. Disse que
68 outros membros da comissão estavam presentes no dia e que no desacordo entre as partes, a comissão que
69 estava lá presente, decidiu não validar a plenária, porém a plenária que contava com 50% mais um, mas
70 que não foi considerada, as entidades resolveram e fizeram uma eleição dentro das normas com
71 acompanhamento do conselheiro Silvio, fizeram uma ata e assinaram a mesma validando a plenária, ata
72 assinada também pelo conselheiro Silvio. Disse que entre a comissão vários membros têm opiniões
73 contrárias. E que alguns consideram que a plenária não foi válida e outros acham que foi válida. E pelo
74 fato de que somente o conselheiro Silvio participou e assinou à ata, isso gerou um debate entre os
75 membros da comissão porque eles não assinaram e porque apenas o conselheiro Silvio havia assinado a
76 ata validando aquela eleição. Os membros que não assinaram a ata não estão de acordo com a validação e
77 que ela e o conselheiro Silvio estavam de acordo. Disse que em sua opinião considerava válida. Disse
78 que pensava o seguinte: se o processo não fosse chamado pela comissão e se os membros da comissão
79 não estivessem presentes, mas não foi isso que aconteceu. Disse que o regulamento do processo eleitoral
80 não diz que a comissão precisava estar completamente presente para dar prosseguimento a plenária, e se a
81 plenária era soberana e se o conselheiro Silvio validou a mesma não via impedimento. E que foi por isso
82 que trouxeram a questão para ser apreciada no pleno. Pedia desculpas ao conselheiro Valdemir e que em
83 nenhum momento queria descaracterizar o trabalho que o conselheiro Valdemir tem feito no Conselho,
84 mas que o processo já se arrastava por muito tempo sendo desgastante. Disse que não cabia ali dizer se o
85 presidente Valdemir ficava ou não e sim que tinham que finalizar o processo o quanto antes para que o
86 Conselho voltasse a funcionar, pois estavam no meio de uma pandemia. **Conselheiro Cássio André Garcia**
87 disse que faria a mesma fala que fez na reunião da comissão semana passada e na reunião com o MP.
88 Disse que viveram o processo eleitoral que era um processo normal de democracia e de troca de ideias e
89 que em dois momentos da eleição do segmento de Trabalhadores por questões específicas não foi
90 finalizado, e considerava diferentemente da conselheira Patrícia e do conselheiro Silvio que o processo
91 não foi finalizado e aí surgiu à divergência. Referiu à presença de duas representantes da mesma entidade
92 no dia 22 de junho que não conseguiu ser esclarecido pela comissão eleitoral. Disse que tentaram em dois
93 momentos realizar a eleição que não aconteceu de fato por questões específicas do segmento e que à
94 medida que há divergências dentro da própria comissão sobre o final do processo, sobre a legitimidade do
95 processo, e está registrado em ata, foi decidido trazer para o pleno. E era fato que deveriam finalizar o
96 processo que já tinha se alongado demais. Disse que tinha pontos importantes como a questão do
97 conselheiro Valdemir onde foi feita recomendação do MP sobre a legalidade ou legitimidade dentro da
98 comissão e no pleno e que ele mesmo colocou e ele reafirmava e se havia divergências teriam que decidir
99 no pleno. E que o desejo de todos era encerrar esse processo o mais rápido possível. Disse que
100 precisavam decidir se a eleição do dia 22 foi válida ou não. Se fosse válida publicava os vencedores e
101 seguia a vida. Se não fosse válida semana que vem marcavam nova plenária. Disse que o papel do
102 Conselho era dialogar, mesmo discordando e isso fazia parte do processo e que era quase “um mantra que
103 ele ouvia dentro do Conselho e era fato que o pleno era soberano, e é, pois ele legitima as políticas de

104 saúde e faz críticas ao governo federal, entre outras funções e era por isso que estavam ali reunidos e
105 iriam encerrar esse ciclo e iniciar outro com a participação de alguns que não estarão mais e outros novos
106 que vão dar sequência ao grande trabalho. Estavam ali reunidos para decidir, virar a página e dar
107 continuidade ao Conselho que sempre foi muito ativo e tem a certeza que continuará sendo.” Conselheira
108 Patrícia solicitou controle do tempo. **Conselheira Isadora Oliveira Maia** cumprimentou a todos e disse que
109 precisavam fazer um resgate de quando feito uma comissão e que foi retirado o presidente da comissão e
110 que era uma função que ninguém queria. E no início de pandemia a reunião começou sendo só virtual e
111 depois presencial onde esteve presente em 90% delas. Disse que essa foi uma eleição das mais
112 tumultuadas que participou e que as entidades que não ficaram satisfeitas foram ao MP e com alguns
113 manifestos e que atacaram à comissão eleitoral e no dia a dia estavam sempre abertos ao diálogo e que até
114 poderiam ir às reuniões que são abertas. Colocou que a partir da data da eleição aumentou ainda mais o
115 grau de legitimidade e legalidade e que participou de todo o processo eleitoral, presenciando a abertura
116 em todas as salas e que o presidente sempre chamava a paridade para iniciar o processo e dali se retirava a
117 ata assinada pelos presentes, respeitando sempre o horário estabelecido e de acordo com a convocatória e
118 que em nenhum momento tiveram a sensação de não ter paridade, na abertura e na finalização, mas não
119 foi o que aconteceu no dia 22 de junho, e não foi o que aconteceu antes também no que levou àquela
120 eleição. Na primeira vez da eleição do Sindicato dos trabalhadores aconteceu duplicidade de
121 representação da entidade e que ninguém questionou a decisão de remanejar a plenária para o dia 22 de
122 junho. Entre o início do processo e o dia 22 de junho por ser advogada teve acesso a uma ação civil
123 pública de uma entidade dois dias antes da eleição impetrou a ação cível pública questionando algumas
124 coisas, questionando a paridade da comissão judicializou e através do MP questionou a paridade da
125 comissão eleitoral com relação ao presidente Valdemir, questionado a legalidade do presidente Valdemir
126 que até então nunca ninguém havia questionado sobre sua representatividade dentro do Conselho, mas
127 que era o entendimento do MP naquele momento por uma manifestação/recomendação e que precisavam
128 decidir no pleno do Conselho. Colocou que a manifestação ainda pedia inclusive a suspensão da eleição.
129 E no dia 22 tinha duplicidade de representação que gerou um tumulto, o presidente Valdemir saiu da
130 presidência porque acatou a recomendação do MP e se retirou e nesse momento não tinha a paridade
131 questionada e isso foi até o horário combinado antes de meio dia. **E** que naquele momento somente
132 estavam presentes o conselheiro Aldenilson, ela e o conselheiro Silvio e os que não foram não
133 justificaram, então não houve paridade. Disse que teve uma ata suspendendo a eleição naquele momento e
134 que agora precisavam decidir sobre a legalidade do conselheiro Valdemir na comissão eleitoral e a eleição
135 do segmento trabalhador. Neste momento houve questionamentos sobre o tempo de fala. Logo após o
136 Secretário Executivo informou que a conselheira Isadora tinha ultrapassado o tempo e pediu que
137 concluísse. Conselheira Isadora colocou que aquela reunião extraordinária era para decidir a permanência
138 do presidente na comissão eleitoral Valdemir Medeiros para tocar o processo eleitoral e chamar as
139 entidades para nova plenária em três ou quatro dias e finalizar o processo. Esclareceu que garantiram o
140 que o MP recomendou e que o juiz não falou mais nada depois disso e enfatizou que esteve em todas as
141 reuniões e que aquela reunião era para decidir a permanência do Presidente Valdemir e a finalização dos
142 trabalhos. **Conselheira Ivanilda Brito** disse que concordava com a fala da conselheira Isadora e que a
143 comissão passou o tempo todo sendo desqualificada e que sua posição era de validar a eleição e que ela
144 não estava aguentando mais essas reuniões para discutir essas questões e já estava vergonhoso. “Ou
145 valida então anulava tudo e fazia de novo.” **Conselheiro Silvio Roberto** cumprimentou a todos e todas e
146 disse que esperava que tivessem uma finalização do processo e que cada vez que discutia o tema e que ele
147 se sentia feliz ter sido contrário a suspensão da eleição, e falava muito consciente tanto do ponto de vista
148 da eleição quanto do ponto de vista da legalidade e que sua posição sempre foi essa. Relatou reunião com
149 a promotora de justiça, se sentia mais fortalecido e que tinha certeza que aquele processo teve validade e
150 o Conselho estava por definir, por conta que as pessoas presentes atenderam enquanto representação de
151 suas entidades e atenderam preceitos definidos pela comissão eleitoral. Disse que conselheira Isadora
152 sabia bem disso, que a validade oficial de um documento em termos de legalidade não estava na sua
153 forma e sim no seu conteúdo e que a questão de ser digitada ou manuscrita não existia impedimento do
154 ponto de vista legal. Exemplificou documentos redigidos a mão dentro de presídios que tem validade. E
155 que a questão de uma ata ser digitada ou manuscrita não existia. Disse que os representantes fizeram a
156 ata no local da plenária, naquele momento do processo e que estavam hoje ali para validar essa eleição e
157 que sua proposição era a validação da eleição. Disse que tiveram vários conflitos e que estava ali para
158 racionalizar esses conflitos para preservar o Conselho do ponto de vista legal. Disse que estava rolando
159 um *fake News* ou boatos de que brigou com a conselheira Isadora e nem com conselheiro Aldenilson, não
160 foi verdade. Disse que tiveram divergências, mas que não houve briga. Disse que reafirmava validar a
161 eleição que houve e que existia a ata que ele assinou e garantia a eleição dos membros dos sindicatos de
162 trabalhadores e era válida, só faltava o Conselho deliberar. **Conselheira Isadora Oliveira** sobre ter brigado
163 com o conselheiro Silvio confirmou que era mesmo um *fake news* e que nunca brigaram e que gostava

164 muito do conselheiro e tinha muito respeito, pois eram colegas. **Conselheira Maria Helena Belos** disse que
165 na última reunião da comissão, apesar das diversidades a mesma se posicionou a favor da finalização da
166 eleição e que pudessem finalizar a eleição nessa reunião porque estava muito desgastante. Disse que tudo
167 que já foi dito a contemplou. **Conselheira Conceição Passidomo** pediu dar continuidade. Arão informou
168 que o conselheiro Aldenilson estava inscrito, mas que não estava respondendo. Perguntou se poderia dar
169 início à fala dos conselheiros e conselheiras presentes. Conselheira Passidomo confirmou que sim.
170 **Conselheira Tereza Cristina Deiró** pediu ficarem atentos às inscrições pelo chat. **Conselheiro José Silvino**
171 pediu a fala e parabenizou a decisão da comissão de recorrer aquele espaço para chamada da reunião
172 extraordinária e tomar decisão. Referiu solidariedade à preocupação da conselheira Patrícia e ao mesmo
173 tempo discordava que aquele processo naquela conjuntura validar daria outros desdobramentos e que
174 reconhecia o trabalho na figura de todos e todas e disse que o Conselho tem sua autonomia e cria seus
175 balizadores e encaminhamentos para decidir como e quando fazer as coisas. Disse que a comissão essa
176 instância criada dentro do Conselho e não algo a parte. Disse que o Conselho só deixa de existir após a
177 posse do outro. Se posicionou ser solidário ao conselheiro Valdemir e que esteve conversando diversas
178 vezes com o conselheiro Fernando o qual o orientou e que eles tinham a capacidade de resolver e que era
179 a favor da manutenção da comissão e que a comissão estava legitimada pelo pleno porque foram eles que
180 a criaram e que o seu encaminhamento era pela votação e chamamento das entidades para escolha dos
181 seus pares e proceda a finalização do processo eleitoral. **Conselheira Marleide Castro** perguntou se a
182 conselheira Patrícia estava conduzindo a reunião. O senhor Arão disse que quem estava conduzindo era a
183 conselheira Passidomo e ele. Conselheira Marleide Castro colocou que estava muito triste por ver seu
184 algoz sentado à mesa e que doía muito uma mulher ser assediada moralmente e ver seu algoz presente na
185 reunião, mas o assunto era as eleições. Disse que como poderiam validar uma eleição, se a eleição não foi
186 validada pela comissão. Colocou que quando era de interesse corriam ao MP e que achava falta de
187 respeito ao controle social. Colocou que para quê existia o controle social se recorriam ao MP. Disse que
188 discordava do conselheiro Silvio apesar de respeitá-lo muito, mas que a eleição não valeu porque as
189 pessoas que estavam lá votaram e informou que a mesma era presidenta do seu Sindicato até o ano que
190 vem porque foi escolhida através de voto. Falou da falta de respeito ao conselheiro Valdemir e
191 “perguntou pra que motivo existia aquele pleno, se a eleição podia ser validada? “Se o que valia era o que
192 eu quero.” Disse que nunca ouviu dizer que controle social fosse status para alguma entidade, para
193 usuário, gestão ou outra coisa. Disse estar indignada com o que estava acontecendo e que concordava de
194 fazer uma eleição do zero digna e honesta. E que tudo agora tem que correr para a justiça, por quê?
195 Afirmou que era porque as pessoas não sabiam o que seguir. Então para quê o Conselho Estadual de
196 Saúde? Finalizou dizendo que não concordava com a validação da eleição. **Conselheiro Marcos Sampaio**
197 disse que precisavam atentar para os fatos e tinha visto falsas polêmicas em algumas questões. Colocou
198 que tinha duas atas, uma onde todos os membros da comissão assinaram com timbre do Conselho e uma
199 outra que somente conselheiro Silvio assinou junto com as entidades, e era uma ata manuscrita por essas
200 entidades que se declararam eleitas finalizando o processo e outra assinada pelos que estavam no
201 processo. Disse que tinha muito respeito ao conselheiro Silvio, e que aprendia muito com ele, mas que
202 não poderiam abrir uma brecha para o futuro do Conselho e na hora que alguém não concordar faz um
203 manuscrito e aprova. E que não havia o que se questionar e sim proteger juridicamente o processo, isso
204 ele achava necessário, e que não seria prejuízo e que ninguém concordou ali que a comissão estava
205 ilegal e incumbir essa comissão de marcar uma nova plenária. Colocou que ficar discutindo quem errou e
206 quem não errou, vão acabar se digladiando e não chegando a uma solução. E que há um consenso de que
207 todo mundo quer resolver. Colocou sobre a fala da conselheira dizendo que ela e o conselheiro
208 concordavam com a validação, então até dentro da comissão a maioria tinha entendimento que devia ter
209 outro momento e aquele ato está invalidado. Disse que precisavam resolver o mais rápido possível. Disse
210 que foram 11 entidades e como iriam reconhecer um processo que 08 entidades assinaram a ata e as
211 outras que não assinaram? “Não se pode dá direito a alguns retirando o direito do outro.” Disse que foi
212 tirada uma plenária de 08 as 12h e houve o desentendimento na plenária e que perto das 12 horas e a
213 mesma foi suspensa por falta de entendimentos e pós-plenária foi instalada outra plenária dizendo que
214 valeu. Disse que achava que deveriam buscar uma saída chamando as entidades para repetir o processo.
215 Parabenizou o conselheiro Valdemir e parabenizou a conselheira Passidomo pela tranquilidade na
216 condução do processo. E que a decisão mais sensata do CES seria chamar as organizações para
217 manifestarem a sua escolha em nova data e garantir a paridade que estava sendo solicitada. **Conselheiro**
218 **Fernando Dantas** disse que concordava com a maioria das pessoas que era um momento desgastante e
219 muito vergonhoso para o Conselho, passavam por um momento difícil que coloca em cheque o Conselho
220 Estadual de Saúde e precisavam resolver isso. “E por duas vezes estiveram a ponto de resolver e por
221 questões de divergências e não queria entrar no mérito do tipo de divergência, não concluíram a eleição
222 do Conselho.” Referindo-se ao conselheiro Marcos, disse que queria falar com todo respeito sobre a
223 questão das atas que refletissem e precisavam decidir qual a ata tinha maior valor, se a ata assinada pela

224 maioria das entidades presentes no processo ou a ata da comissão eleitoral que não concordaram em
225 realizar. Colocou que já houve desgaste demais. Disse que tinham que resolver se iriam validar ou não. E
226 propôs votação quanto à legalidade da eleição. Colocou que já houve a fala do conselheiro Silvio que era
227 da área jurídica e da conselheira Isadora que também era do jurídico. Falou do desgaste das pessoas que
228 viajaram do interior para Salvador e que iriam fazer isso de novo? Disse que não havia ilegalidade
229 nenhuma no processo, pois a eleição do dia 22 foi convocada pela comissão e que a comissão decidiu não
230 participar e não iria entrar nesse mérito. Disse que as entidades já estavam exauridas, e que precisavam
231 decidir. Sugeriu colocar em votação, mas sua posição era validar e resolver definitivamente. Sobre o
232 conselheiro Valdemir disse que não via ilegalidade na comissão e que ficasse claro que quem levantou a
233 questão sobre o nome do conselheiro Valdemir não foi conselheiro, nem entidade do CES e sim entidades
234 que se sentiram prejudicadas no processo de habilitação e que recorreram ao MP. Disse que era bom que
235 ficasse claro isso. Disse que não se sentia a vontade para se posicionar sobre a legitimidade ou não do
236 conselheiro Valdemir e a questão tinha que ser decidido por lá. **Conselheira Maria da Conceição**
237 **Passidomo** disse que a conselheira Leonídia pediu a fala no chat e o conselheiro Molina também pediu
238 inscrição. **Conselheiro Leonardo Vinhaes** disse que tinha dois questionamentos, perguntou se a comissão
239 estando irregular se isso não invalidaria todo o processo eleitoral, e se a comissão não estava legal então
240 toda eleição estaria irregular e se iriam fazer nova eleição para todos os segmentos? **Conselheira Tereza**
241 **Deiró** disse que algumas falas anteriores a contemplaram e que concordava com a fala do conselheiro
242 Cássio, Patrícia, Fernando antecedeu o conselheiro Leonardo e endossando algumas falas, inclusive a do
243 conselheiro Fernando sobre o desgaste não pessoal, mas do Conselho Estadual. Referiu a fala da
244 conselheira Maria Helena sobre a necessidade dos pacientes morrendo, estavam em meio à pandemia e
245 citou os pacientes de oncologia/hematologia morrendo na rede. Disse que o MS não estava atendendo
246 sobre a falta de medicamentos. E que no dia 22 de junho foi dado todos os atendimentos aos
247 subsegmentos foram chamados e que compareceram, atenderam os 50% mais um na plenária e a plenária
248 foi realizada e colocado todo ato em ata e que foi assinada pelos representantes, e recebida pela Secretaria
249 Executiva e sua fala era para validar o que foi legitimado pela plenária e que seguissem sem nenhuma
250 protelação mais, e publicar as entidades que já estão ansiosas e parte do segmento dos trabalhadores e
251 finalizar o processo para que possam trabalhar. Referiu que o Conselho está há seis meses sem a devida
252 atuação e pelo bem do SUS eles precisavam cumprir o seu papel propositivo e fiscalizador. **Conselheiro**
253 **Raimundo Cintra** disse que comungava com a fala de alguns conselheiros em relação a sentimentos
254 dúbios e que se utilizava de artifícios para inviabilizar a condução do processo eleitoral e até aquele
255 momento da eleição, que ele esteve presente e viu que era desnecessário algumas manifestações no
256 sentido de desestabilizar a condução e desencaminhar o processo eleitoral. Disse estar solidário ao
257 conselheiro Valdemir e que o momento era difícil. Parabenizou a fala do conselheiro Valdemir e
258 comungava com o pensamento do conselheiro Marcos também porque concordava que eles precisavam
259 ser mais maduros na condução de ir por outros caminhos como o da justiça e que o Conselho era
260 autônomo e isso teria que ter visto lá atrás e não desrespeitar e desqualificar a comissão e que houve
261 visões errôneas e desrespeitosas em diversos momentos e que daqui pra frente possam ter uma condução
262 melhor e mais respeitosa. **Conselheira Gladys** disse que de fato era unânime a sensação de que o processo
263 eleitoral já se estendeu bastante e que isso estava causando prejuízo são somente a posição do conselho
264 frente à condução de políticas públicas, principalmente naquele momento de pandemia para que
265 pudessem tomar posse com as entidades e tocar com urgência a agenda de saúde e que isso foi dito por
266 todos e essa era uma sensação de todos. Referiu à proteção jurídica que estava alicerçada no regulamento
267 eleitoral e que baseado no regulamento era que a comissão eleitoral toma decisões e que lhe parecia que
268 no campo jurídico que a comissão tomou a decisão de deixar o conselheiro à frente da presidência e essa
269 era uma decisão que foi tomada no dia 02 de junho quando chegou o ofício 1936 do MP antes do
270 processo eleitoral do CES e que o conselheiro continuou nas plenárias e apenas na última plenária dos
271 trabalhadores do dia 22 de junho foi decidido que o conselheiro deixaria a comissão. Colocou que
272 precisavam desconstruir essa lógica porque isso não existia e que esse tipo de argumento utilizado não se
273 sustentava e não tinha porque levar adiante esse tipo de argumentação. Colocou que durante a plenária
274 tinha mais de 50% das entidades mais uma de acordo com o regulamento eleitoral e tinha coordenador de
275 mesa e que os conselheiros tinham essa referência para decidir. Disse ser a favor da validação da plenária
276 do dia 22 de junho de 2021. **Conselheiro Raul Molina** disse que era unânime o posicionamento dos
277 conselheiros de que não dá mais para continuar com o Conselho Estadual totalmente paralisado e
278 totalmente mudo em um momento tão difícil. Disse que entendia o controle social não somente como um
279 instrumento de planejamento e controle, mas também de apoio à gestão. Referiu que a CIB estava se
280 reunindo três vezes por semana e eles não tem o cancelamento do Conselho Estadual de Saúde. Colocou
281 que não se sentia a vontade de tratar de um segmento que ele não pertencia e respeitava as decisões
282 tomadas, mas chamou atenção de que foi dada a palavra a todos os membros da comissão eleitoral e via
283 que dentro da comissão as posições eram quase que dividido sobre a validação do processo e que queria

284 fazer uma proposição foi validado ou não foi validado? Colocou em momento algum estava colocando em
285 dúvida a legitimidade da comissão eleitoral e queria saber se eles entendiam se era válidos ou não válidos
286 e gostariam de ver uma votação entre membros da comissão sobre essa questão. **Conselheira Maria**
287 **Conceição Passidomo** informou que conselheira Leonídia, Luiz Delfino e Ângela inscritos pelo chat.
288 **Conselheira Leonídia Laranjeira** parabenizou a condução da conselheira Maria da Conceição Passidomo
289 na reunião que estava atenta às inscrições pelo chat e disse que estava presente na reunião do dia 22 de
290 junho e estava presente nas reuniões e nas presenciais da comissão eleitoral e que ouviu a fala dos
291 presentes. Colocou que durante a eleição do dia 22 de junho, foi chamada a plenária, mas não houve
292 consenso e que o primeiro questionamento foi sobre o presidente não estar regular e aí foram várias
293 discussões no debate da plenária. E que a mesma assinou a primeira ata da reunião e que sete entidades
294 estavam ausentes no momento da assinatura da segunda ata manuscrita e ela também não assinou a ata
295 manuscrita da plenária realizada após a reunião convocada pela comissão e que a comissão não estava
296 toda presente naquele dia. Referiu a fala do conselheiro Raul sobre falta de consenso da comissão na
297 questão da validade do processo desses conselheiros que se declararam eleitos e que não sabia quem eram
298 essas entidades porque não estava mais presente naquele momento. Relatou que o pleno elegeu o
299 conselheiro Valdemir como presidente da comissão. Perguntou onde estava à autonomia do Conselho e
300 que o MP não pode definir quem fica e quem não fica. Disse que não concordava com a suposta
301 irregularidade do conselheiro Valdemir. E que não concordava com a validação de uma ata que não
302 assinou e que a mesma só reconhecia a ata inicial do CES que foi registrada porque sete entidades não
303 assinaram a ata manuscrita. Disse que foi decidido em reunião da comissão que o pleno tinha que validar
304 a legitimidade do conselheiro Valdemir que a reunião foi chamada para isso. Disse que ficava triste com
305 as provocações, mas gostaria que a coisa fosse mais séria. E que chamassem uma nova plenária.
306 **Conselheiro Luiz Delfino** disse que acreditava na necessidade de se chegar a um consenso e que era
307 urgente o consenso. Referiu à pandemia e a necessidade do Conselho está se posicionado e que era
308 urgente validar todo o processo, apesar de que o mesmo estava questionando sobre sua participação no
309 processo eleitoral, mas se não desse certo não iria ficar inviabilizando o processo porque o Conselho era
310 soberano e estava acima de sua vontade pessoal. Referiu a sua suplência do SINDHOSBA e que no dia 22
311 de junho na reunião o representante enviado estava de covid e não pode comparecer e que ele ficou a
312 mercê de uma decisão do Conselho para ver se continuava ou não, mas gostaria de conversar sobre a sua
313 situação depois. Desejou sucesso aos novos conselheiros e que estava sempre à disposição do Conselho.
314 Enfatizou que não via manifestação do conselho com coisas que estava acontecendo na sociedade e
315 decisões tem sido tomadas e que teve avanços na saúde, citou as policlínicas que sempre elogiava e
316 esperava estar presente na inauguração da policlínica da região do Sisal. Colocou que o conselho
317 precisava estar presentes nas inaugurações para dar uma palavra e que ele debateu muito nas reuniões do
318 Conselho e precisavam de consensos, validar todo o processo e avançar porque estavam no meio da
319 pandemia sem saber para onde ir, sem rumo, sem destino e apesar do contraditório não podiam ficar
320 parados vendo a saúde pública com dificuldades. **Conselheira Ângela da Mata** disse que era um prazer
321 participar da reunião e que pediu sua inscrição para referendar o pleito que foi instalado no dia 22 de
322 junho. Disse que não podiam prejudicar um pleito legal, porque se fosse ilegal não teria publicação no
323 D.O e era altamente legal, quem estava lá e não quis participar e se retiraram. E que o conselheiro Silvio
324 quando viu a situação calamitosa tomou a frente para instalar a plenária. Disse que era falta de respeito
325 com as entidades que estiveram presentes e que a comissão publicou no D.O a convocação e que ela
326 mesma se contradizia e que respeitasse as entidades que foram convocadas e estiveram presentes. Disse
327 que já chega de ficar com o conselho parado resolvendo situações paralelas. Disse que nenhum
328 conselheiro foi ao MP se contrapor ao presidente da comissão e que era um problema que ele tinha que
329 resolver no MP. Pedia que fosse respeitado o que foi feito. Disse que o Conselho tinha que colocar o
330 bloco na rua para defender o Sistema Único de Saúde, isso sim que precisavam fazer. E que teriam que
331 definir o que foi posto na comissão eleitoral, se acata ou não a plenária do dia 22. Acatou, publica-se.
332 Disse que a entidade do conselheiro Valdemir era capaz de se defender como qualquer outra. Solicitou
333 que a votação fosse verbal com sim ou não. Pediu que fossem cuidadosos na hora da votação. Disse que
334 não gostaria de passar novamente pelo que passaram na última votação. **Conselheiro Francisco José Sousa**
335 cumprimentou a todos e todas e disse que não seria repetitivo, porque os esclarecimentos se deram de
336 uma forma muito interessante e estavam ali porque o pleno desta vez foi consultado, “bom seria que
337 durante todo o processo tivesse sido assim, mas infelizmente não foi dessa forma e que antes disso
338 aconteceu uma reunião com o MP e foi solicitado pela comissão eleitoral fazer esta reunião extraordinária
339 uma sugestão acatada pelo MP, dada a necessidade de resolução do impasse e era isso que estava na pauta
340 a resolução da eleição que praticamente já terminou. Disse que mais de 75% das entidades foram eleitas
341 de forma legal e que não houve nenhuma contestação de nenhum segmento, e que infelizmente no
342 segmento trabalhador de saúde ocorreu uma situação na primeira plenária, onde a comissão eleitoral
343 resolveu não fazer a plenária, mas também não comunicou e nem encaminhou para o pleno do Conselho

344 decidir. “Tomou para si a responsabilidade, fez a reunião e convocou a nova data, chamou as entidades
345 para uma nova plenária e as entidades cumpriram, as entidades estiveram presentes” e referiu à ata
346 assinada pela maioria das entidades que estiveram presentes. Falou que se houve problemas a comissão
347 eleitoral não colocou em ata, dizendo que o regulamento foi descumprido. Afirmou que o processo do dia
348 22 de junho foi legítimo e o conselheiro Silvio ficou e acompanhou todo o processo, fez o seu papel e
349 cabia agora decidirem ali, se a plenária vale ou se não vale, a comissão se reúna e decida nova data e
350 finalize o processo eleitoral. O Secretário Executivo Arão Capinam informou a conselheira Passidomo os
351 inscritos Marcos e conselheiro Valdemir e encerrava as inscrições pelo avançar da hora. Conselheira
352 Patrícia pediu questão de ordem. **Conselheira Patrícia Soares** disse que pelo avançar da hora solicitava
353 iniciar a votação devido a falta de consenso da comissão, dizendo se aceitavam a plenária ou não.
354 **Conselheiro Marcos Sampaio** solicitou questão de ordem. **Conselheiro José Silvino** disse que tinha
355 questão de ordem e falou da dinâmica de restrição de falas e que reconhecia que o conselheiro Valdemir
356 fez uma fala como comissão e agora queria se colocar como conselheiro. Pediu a presidenta Passidomo
357 votação para possibilidade de reinscrição ou não. **Conselheiro Fernando Dantas** disse que todas as falas
358 eram pertinentes e que precisavam definir e que todos falaram isso e que todos os argumentos foram
359 colocados. Disse que a mesa visse quantos ainda estavam inscritos e desse por encerrada a inscrição e
360 iniciasse a votação porque o debate já estava desgastado. **Conselheiro José Silvino** disse que retirava sua
361 proposta e apoiava a proposta do conselheiro Fernando. **Conselheiro Marcos Sampaio** em questão de
362 ordem agradeceu ao conselheiro Fernando e disse que parabenizava o Conselho por fazer aquele debate e
363 que para ele a legitimidade da comissão e do presidente Valdemir foi dada pelo pleno que por sentimento
364 era consenso e que mais uma vez trazia a preocupação com o processo. Relatou que houve a assinatura do
365 conselheiro Silvio nas duas atas e participou dos dois atos, mas houve uma chamada para uma única
366 plenária que era das 8 as 12h e que teve presente 11 pessoas com mais a comissão, ficando em torno de
367 15 pessoas. Após os desentendimentos a comissão resolveu que iria suspender ai um grupo de entidades
368 que tiveram a anuência do conselheiro Silvio e assinaram uma ata que não traduzia o desejo das outras
369 entidades que não estavam mais presentes, mas eram partícipes do processo, então para ele precisavam
370 consultar todas as entidades que estavam inscritas para o processo saindo dali com data para nova
371 plenária, seria mais legítimo do que alimentarem ainda mais a confusão, mas que com certeza o Conselho
372 faria a melhor escolha e finalizando parabenizou a todos e agradeceu a conselheira Passidomo pela
373 concessão da fala. O Secretário Executivo Arão Capinam informou ao pleno que as inscrições
374 terminavam na conselheira Priscila do Conselho Nacional de Saúde. **Conselheiro Valdemir Medeiros**
375 cumprimentou a todos e todas e disse que depois de trazer o processo ao CES, isso o deixava muito
376 tranquilo e confessava que sentia harmonia dentro dele depois do diálogo que fizeram e mesmo na crítica
377 que era natural. Disse que gostava da vida pública e da política por causa dessas divergências até chegar
378 ao consenso e compreender a diferença do outro, mas ninguém quer perder, mas iriam buscar a relação do
379 diálogo aberto até chegar ao consenso e era o que estavam fazendo ali no Conselho, diferente do que
380 aconteceu no dia 22 porque foi um diálogo muito político e muito abaixo do que queriam fazer. Relatou
381 sua trajetória no Conselho. Disse que chegou ao Conselho há três anos e por mais que sua entidade não
382 tivesse sido eleita, mas o período que ficou lhe trouxe muita experiência. Disse que também não gostaria
383 de que sua entidade fosse tida como ilegítimas, porque ficariam com sentimento de que as coisas não
384 foram feitas dentro da legalidade. Se a entidade não estiver legal, ele também não estaria. “Quando se
385 afere que Valdemir está dentro da legalidade, à entidade também está.” Disse que a comissão dialogou
386 com o MP e que foi aferido que o MP tinha duas atas assinadas, e uma ata timbrada e assinada pelos 12
387 Sindicatos e a comissão eleitoral e outra uma ata assinada por apenas um conselheiro e que considerava
388 isso ruim. Colocou que queria pedir aos membros da comissão eleitoral que votassem que no dia 04/08/21
389 chamar a reunião da comissão eleitoral e dia 10/08 chamava a plenária dos trabalhadores e seguia o rito
390 das eleições e na sequência publicava os nomes das entidades eleitas. Disse que não estavam pedindo ali
391 suspensão da eleição toda e que se referiam ao último segmento e que isso dava mais seriedade para a
392 comissão eleitoral e que as decisões sempre foram tomadas com a maioria e não com uma ata assinada
393 por uma pessoa só. Concluindo disse que no dia 04 chamariam a reunião da comissão eleitoral. Reiterou a
394 ata assinada apenas por um conselheiro para não cair no erro. **Secretário Executivo Arão** que falou que a
395 proposta só seria validada depois da votação. **Conselheiro Valdemir** no erro. **Conselheira Passidomo**
396 explicou que a votação era para validar a plenária do dia 22 de junho do segmento dos trabalhadores e
397 trabalhadoras. **Conselheira Marleide Castro dos Santos** disse que a votação era de validação da ata. O que
398 foi explicado pela conselheira Passidomo que a votação era para decidir se o pleno estava a favor ou
399 contra a validação da plenária do dia 22 de junho de 2021. **Conselheira Ângela da Mata** foi contrária à
400 votação da ata e sim para o processo eleitoral das entidades do segmento trabalhador. E referiu que nem
401 tiveram acesso a essas atas. **Conselheiro Valdemir Medeiros** pediu questão de ordem disse não teve
402 votação e que era para aprovar a ata da comissão e que a ata das entidades estava assinada apenas por um
403 conselheiro. Houve uma discussão. Conselheira Ângela questionou se estavam ali para votar ata.

404 **Conselheira Conceição Possidomo** que presidia a reunião reiterou como seria a votação com a favor ou
405 contra a validação da plenária dos Trabalhadores e Trabalhadoras realizada no dia 22 de junho de 2021. E
406 que o voto seria oral e pelo chat. Conselheira Marleide insistiu que na reunião da comissão eleitoral ficou
407 certo que iriam validar a ata. Conselheira Passidomo que presidiu a reunião disse que entendia que todos
408 os pontos já tinham sido devidamente esclarecidos e que existiam duas atas no MP, mas existiu o
409 processo eleitoral, então que a mesma entendia que a votação era para validar ou não o processo eleitoral
410 do dia 22 de junho de 2021 com sim ou não. **O Secretário Executivo do CES Arão Capinam** explicou que
411 a votação seria chamada pela lista de conselheiros. Informou a conselheira Passidomo que precisavam
412 encaminhar para a fala da conselheira Priscila do CNS. Conselheira Priscila do CNS disse que não estava
413 ali para interferir no processo e sim para fazer uma fala do Conselho, pediu que desse continuidade e que
414 no final da votação ela iria falar. Conselheira Passidomo informou que a votação seria nominal e quem
415 estivesse sem microfone registrasse no chat se a favor ou contra a validação da plenária do dia 22 de
416 junho de 2021. **O Secretário Executivo Arão Capinam** deu início a votação chamando pelos nomes:
417 Conselheiro Cássio disse que não considerava válida. Conselheiro Rosalvo disse não válida. Conselheiro
418 Raul Molina sim para validação. Conselheira Madalena (suplente) sim para a validação. Conselheira
419 Isadora Maia não válida. Conselheiro Luiz Delfino não válida. Conselheiro Jorge Castilho (suplente) não
420 válido. Conselheira Leonídia não válida. Conselheiro Leonardo Vinhais sim para validação. Conselheira
421 Marleide não válida. Conselheira Tereza Deiró sim para validação. Conselheiro Valdemir Medeiros não.
422 Conselheiro Evandro Gouveia não válido. Conselheira Possidomo sim para validação. Conselheira
423 Ângela sim para validação. Conselheiro Thomas ausente no momento da chamada. Conselheira Patrícia
424 sim. Conselheira Lourani sim. Conselheiro Francisco sim. Conselheiro Fernando Antonio Duarte sim.
425 Conselheiro Paulo Fernando Bitencourt sim. Conselheira Maria Helena Belos sim. Conselheira Ivanilda
426 sim. Conselheiro Raimundo Cintra não válido. Conselheiro José Silvino não válido. Conselheiro Marcos
427 Antonio não. Conselheiro Walney Magno sim pelo chat. **O Secretário Executivo do CES Arão Capinam**
428 fez a contagem dos votos. **Em contagem dos votos foi computado 12 não validaram e 14 sim**
429 **validaram a plenária dos Trabalhadores e Trabalhadoras do dia 22 de junho de 2021** . Conselheira
430 Maria Conceição Possidomo informou o resultado da votação. E encaminhou para a fala da conselheira
431 nacional de saúde a senhora Priscila. **A conselheira Priscila do CNS disse que sabia que os resultados não**
432 **agradavam a todo mundo, mas** parabenizou pela superação de uma etapa do processo eleitoral do CES e
433 que para o controle social como um todo era muito temerário o conselho ficar com algum limbo de
434 funcionamento ainda mais nesses tempos de ataques ao controle social do SUS e de todos outros
435 conselhos, e lembrou alguns que foram extintos e outros espaços do controle social que tiveram
436 intervenção. “Então viam com preocupação questões que não são sanadas com relação ao funcionamento
437 dos conselhos.” Disse que todos os conselhos são importantes e que o da saúde vem mostrando sua força
438 e que o Conselho nacional tem sido chamado para estar em diversos espaços. E que defendiam não SUS
439 que estavam querendo inventar agora com a pandemia, e que sempre teve SUS. Então eles veem com
440 preocupação quando processos ficam enviesados e que sabiam que as divergências fazem parte da
441 democracia e que ficavam felizes quando as divergências podiam ser sanadas nos espaço democráticos e
442 democratizantes que são os Conselhos e de forma mais ampla possível. E que sabiam das dificuldades e
443 por isso não tinham feito nenhuma plenária presencial e que eles tem feito consultas da possibilidade de
444 fazer plenárias híbridas e sabiam das dificuldades das pessoas estarem acessando as ferramentas e
445 instrumentos digitais. E que sabiam também que o conselho era um ambiente natural de disputas e isso
446 fazia parte do ambiente do conselho e que o grande “plus” de um espaço como este era ter a pluralidade e
447 a diversidade de pessoas, de entidades e de pensamentos e ideias para deliberação da política pública e
448 que esse era o papel do controle social como foi sinalizado ali. “Somos espaço deliberativo, somos espaço
449 colegiado permanente do Sistema Único de Saúde, garantido pela constituição”. E não era à toa que
450 estavam de pé até agora, cumprindo seu papel e em um contexto que tinham só a lamentar de tantas
451 pessoas, tantas vidas e de tantos sonhos interrompidos. E finalizou parabenizando pelo processo e dizendo
452 que acompanhou tudo e que foi duríssimo e que recebeu todos os documentos, e imaginava que deve ter
453 sido extremamente cansativo para todos os presentes. Disse que não fazia nenhum juízo de valor de quem
454 estava certo ou de quem estava errado e que esse não era o seu papel ali. Disse que todos os conselhos
455 têm autonomia e o que cabia a justiça, a mesma achava bom que o MP cumpria seu papel de ser acionado
456 para fazer acompanhamento e reforçava que era bom lembrar qual era o papel dos conselheiros e
457 conselheiras e qual o papel da própria comissão eleitoral que foi legitimamente escolhida pelo pleno e que
458 tem seus objetivos e era sempre bom lembrar o que estava escrito em seu documento e não era à toa que
459 se elegia uma comissão que podia andar autonomamente e que o pleno também tem seus interesses
460 através de suas entidades. Então era sempre bom lembrar os documentos que legitimam esses espaços e
461 sabiam dos desafios. Colocou-se a disposição. Nada mais a tratar foi encerrada a reunião. Eu, Arão
462 Capinam de Oliveira lavei esta ata que será lida e aprovada pelos presentes.
463 Salvador, 03 de agosto de 2021

- 464 Cássio André Garcia_____
- 465 Aldenilson Viana Rangel_____
- 466 Evandro de Almeida Gouveia Sobrinho_____
- 467 Fernando Antonio Dantas_____
- 468 Francisco José Sousa e Silva_____
- 469 Gladys Almeida Santos_____
- 470 Ivanilda Souza de Brito_____
- 471 Isadora Oliveira Maia_____
- 472 Jorge Castilho Mullem Neto_____
- 473 Leonídia Laranjeira Fernandes_____
- 474 José Silvino Gonçalves_____
- 475 José Vasconcelos de Freitas_____
- 476 Leonardo Vinhaes_____
- 477 Luiz Delfino Mota Lopes_____
- 478 Lindiomar Dourado Souza_____
- 479 Maria da Conceição Sanches Passidomo_____
- 480 Lourani Maria Carneiro dos Santos_____
- 481 Maria Madalena Braga_____
- 482 Marcos Antonio de Almeida Sampaio_____
- 483 Maria Ângela da Mata Santos_____
- 484 Maurício Carneiro Paim_____
- 485 Marleide Castro dos Santos_____
- 486 Maria Helena Belos_____
- 487 Raul Moreira Molina_____
- 488 Thomas William Hutchinson_____
- 489 Paulo Fernando Bittencourt Studart_____
- 490 Patrícia Gonçalves Soares_____
- 491 Tereza Cristina Bomfim Deiró_____
- 492 Rosalvo de Oliveira Júnior_____
- 493 Silvio Roberto dos Anjos e Silva_____

494 Valdemir Medeiros_____

495 Walney Magno de Souza_____.

496

497 **Chat 47ª Reunião Extraordinária:**

498

499 00:55:55 Lourani Maria Santos: Sim, concordo

500 00:56:41 Leonidia laranjeira: Leonidia

501 00:56:49 Leonidia laranjeira: concordo

502 01:10:43 Thomas RNP+BA: Pela convocação o assunto Ã©: Eleição do Conselho

503 Estadual de São do Biênio 2021-2023:

504 Não diz nada sobre discutir se fulano está ou não legal no CES.01:14:51 Thomas RNP+BA:

505 Concordo com a Patrícia. Essa Reunião não tem legitimidade.

506 01:21:17 Thomas RNP+BA: Atenção ao controle do tempo. Se todo mundo for falar assim

507 não termina

508 01:22:07 Thomas RNP+BA: quero ver se os outros terão o mesmo tempo

509 01:22:24 Rosa Salgado: Bom dia!

510 01:22:30 Rosa Salgado: Desejo bom trabalho a todos.

511 01:27:57 Thomas RNP+BA: O Cássio falou mais tempo e a mesa não reclamou

512 01:30:26 Priscilla ViÃ©gas (CNS): Acho importante garantir a contextualização

513 01:38:12 Thomas RNP+BA: Se esta Reunião de um CES vencido, tem validade, muito

514 mais a do dia 22

515 1:44:24 JHSMello: segue

516 01:46:50 Gladys Almeida: Bom dia!

517 01:47:48 Gladys Almeida: O conselheiro Leonardo Vinhaes representa o Sindmed, para

518 conhecimento do pleno do CES

519 01:47:58 Leonardo vinhas: Enquanto representante do SINDMED, ainda sou conselheiro, ou os

520 conselheiros do grupo TRABALHADORES deixaram de ser?

521 01:48:30 Gladys Almeida: Exatamente, conselheiro

522 01:55:02 Thomas RNP+BA: O processo eleitoral prevÃª uma validação das eleições pelo

523 CES?

524 01:58:25 Thomas RNP+BA: Proteger o processo invalidando a decisão da eleição?

525 01:59:45 Thomas RNP+BA: Abrir brecha ao invalidar uma eleição

526 02:00:12 Thomas RNP+BA: Qualquer outra poderá ficar sob suspeita

527 02:02:46 Leonardo .vinhas: estou aqui

528 02:03:39 Thomas RNP+BA: Que garantia há que uma nova eleição, não seja novamente

529 impugnada por quem não aceita o resultado e novamente invalidada?

530 Isso pode não acabar nunca

531 02:08:49 Thomas RNP+BA: Concordo, Fernando. E além do mais essas pessoas passarão:

532 fazer lÃ¡ o que se quem não gostar do resultado, obstrui e pede outra

533 Muito esclarecedor, Fernando.

534 02:09:17 Thomas RNP+BA: As pessoas que se deslocaram, nÃ£o mais estarÃ£o dispostas

535 a feze-lo

536 02:11:54 Thomas RNP+BA: Já são praticamente 12H00. temos que votar. Sugiro depois

537 da fala da Teresa02:14:30 Thomas RNP+BA: ISSO!!!

538 02:17:36 Madalena: Depois de todas ponderações feitas pela Comissão Eleitoral e

539 conselheir@s presentes, concordo com o contexto das falas de Patrícia, Cássio e Fernando, e que valide o

540 processo eleitoral , do dia 22, para que se possa retomar as atividades de rotina do Controle Social desse

541 CES-BA, que nesse cenário pandêmico tem papel fundamental no SUS. Avante SUS!!

542 02:49:47 Priscilla ViÃ©gas (CNS): Gostaria de falar somente antes de encerrar a plenÃ¡ria :-)

543 Acompanhando o debate de vcs por aqui

544 02:50:34 Ângela Mata: pode me reescrever

545 02:52:07 Isadora Maia: Por favor, vamos ao processo de votaÃ§Ã£o depois da das falas dos

546 últimos conselheiros. inscritos .mas.

547 02:52:34 Priscilla Viegas (CNS): Obgda querida <3

548 02:53:30 Isadora Maia: A mesa deve formular os questionamentos para votação

549 02:57:00 JHSMello: Ministério Público tem competência e funções institucionais de zelar

550 pelos serviços de relevância pública e aos direitos assegurados na Constituição cuja defesa lhe cabe

551 promover assegurando o respeito e a legalidade de todos inclusive do Conselho e de seus membros.

552 O Plenário do conselho é soberano devendo suas decisões obedecerem a legalidade, pois deve cumprir e
553 não está; acima das leis.

554 03:00:34 Ângela Mata: concordo JHSMello

555 03:02:18 Gladys Almeida: A votação é: validar ou não a eleição

556 03:02:30 Ângela Mata: SIM

557 03:02:39 Ângela Mata: Não ISSO

558 03:03:08 Ângela Mata: em processo de votação não tem questão de ordem

559 03:03:52 JHSMello: mero inconformismo

560 03:04:23 JHSMello: A pauta é sobre a validade ou não da eleição

561 03:04:41 JHSMello: ficou estabelecido na reunião com o MP

562 03:04:50 JHSMello: Perfeito Sra coordenadora

563 03:04:54 Ângela Mata: CORRETO

564 03:20:39 WALNEY: VOTO SIM

565 03:21:01 WALNEY: WALNEY VOTO SIM

566 03:25:13 JHSMello: Parabéns. Agora que o MP e a Justiça fazem seu papel.

567 03:25:33 JHSMello: Adeus aos inconformados.

568 03:30:48 JHSMello: O papel é cumprir a legalidade!

569 03:31:08 JHSMello: Não subverter a legalidade.

570 03:32:46 JHSMello: Perfeito Priscila recomende em teus relatórios aprimoramento das
571 próximas eleições para que ilegalidades não sejam cometidas nas eleições futuras

572 03:33:29 JHSMello: Perfeito. Sempre cumprir a lei e corrigir vícios de legalidade!

573 parabéns

574 03:34:34 Rosa Salgado: Obrigada pelo convite. Boa tarde a todos.

575 03:35:38 Priscilla Viagas (CNS): Excelente Fernando.

576 03:36:15 Rosa Salgado: Peço licença para me ausentar.

577 03:37:03 Rosa Salgado: Obrigada a todos!

578 03:37:38 Isadora Maia: Após a publicação as entidades terão um prazo de 10 dias para enviar
579 os nomes de quem os representarão;

580 03:37:53 Rosalvo de Oliveira Junior: Agradecido

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595